

21 de agosto de 2026

Edição 313



Dia Internacional em Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição

No dia 23 de agosto de 1791, homens e mulheres escravizados em Saint-Domingue (onde hoje fica o Haiti) se uniram para lutar pela própria vida e liberdade. Esse levante tornou-se um marco no processo que levaria ao fim do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas.

Para entender o Brasil de hoje, é preciso olhar para esse passado sem rodeios. Durante mais de três séculos, cerca de **4,8 milhões** de africanos foram trazidos à força para o nosso país. Quando a escravidão foi abolida, em 1888, não houve qualquer plano ou oportunidade de acolhimento ou oportunidade para essas pessoas. Elas foram deixadas sem moradia, sem acesso à educação e sem direito ao trabalho remunerado de forma justa.

As consequências desse processo histórico ainda aparecem nos dados e na rotina do país:

- Pessoas negras são **55,5%** da população, mas ocupam menos de **30%** dos cargos de chefia.
- O salário médio de um trabalhador negro ainda é quase metade do salário de um trabalhador branco no Brasil.
- Na saúde, o racismo estrutural se reflete em estatísticas duras: mulheres negras ainda sofrem mais complicações na gravidez por falta de acesso e de atendimento adequado no tempo certo.

O que isso tem a ver com a nossa rotina na SPDM?

Pessoas negras representam uma parcela expressiva da população atendida pelo SUS e pelas nossas unidades. Da mesma forma, uma parcela significativa dos profissionais que atuam em nossas unidades, em diferentes áreas e níveis de atuação, carrega, em suas trajetórias pessoais e familiares, os impactos dessa história.

Tratar cada paciente com respeito, atenção e escuta qualificada, além de garantir oportunidades equitativas para todos os profissionais, não é um diferencial. É a base de uma cultura de cuidado, inclusão e respeito às pessoas.

Desde 2020, quando a SPDM instituiu seu Comitê de Inclusão e Diversidade, esse compromisso ganhou ações concretas e resultados mensuráveis. De lá para cá (dados de junho de 2026):

- A representatividade **negra no quadro geral** passou de 42,40% para 48,38% (um avanço de 14,10%).
- Nos cargos de liderança, a **presença negra** subiu de 30,75% para 34,84% (+13,30%).
- A presença de **pessoas pretas** em posições de liderança cresceu de 4,30% para 5,34%, representando um avanço de 24,18%.

Essas transformações resultaram em reconhecimentos importantes: a SPDM conquistou o **Selo Igualdade Racial em 2024 e 2025**, certificação que premia organizações por políticas efetivas de inclusão étnico-racial. Além disso, este ano fomos contemplados com o **Selo Pro-Equidade de Gênero e Raça 7ª Ed.**, concessão do Governo Federal que atesta o empenho da instituição na promoção da igualdade de gênero e na inclusão racial no ambiente de trabalho.

Lembrar do dia 23 de agosto serve para olharmos de onde vêm as desigualdades do dia a dia, reconhecemos os passos já dados e continuarmos avançando.



Promover a igualdade racial na saúde e no ambiente de trabalho está diretamente alinhado ao **ODS 10** (Redução das Desigualdades) da Agenda 2030 da ONU. Ao combater o preconceito no atendimento, ampliar o acesso ao cuidado humanizado no SUS e garantir mais oportunidades de liderança para profissionais negros, a SPDM transforma esse compromisso em prática diária. Reduzir disparidades históricas é o único caminho para construir uma sociedade mais justa e uma saúde pública verdadeiramente inclusiva.

Fontes: IBGE (PNAD Contínua), IPEA (Atlas da Violência), Ministério da Saúde (DATASUS) e dados internos do Comitê de Inclusão e Diversidade da SPDM (junho/2026).